



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

ATA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2006/2007

Aos vinte e oito dias do mês de julho do ano dois mil e seis, na sala de reuniões no Fórum da Barra Funda, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado. Instalada a sessão, deu-se início aos trabalhos às 9 horas e 20 minutos. Instalada a sessão, a Defensora Geral saudou os presentes e passou-se às comunicações da Presidência. Relatou que hoje foi publicado no Diário Oficial o edital do I Concurso de Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado de São Paulo. Relatou também que esteve no Ministério Público Federal em reunião com Oscar Vilhena e Ela Wieko. Pedro e ela foram para Sorocaba e passaram rapidamente em Campinas. O Governador retornou e terá uma audiência no dia 14, quando será entregue o orçamento formalmente. A Defensora Geral informou que levará o Projeto de Quadro de Apoio e conversará sobre os outros projetos entregues. O mutirão será anunciado no dia 11 de agosto na São Francisco. Na semana que vem, irá a Brasília para posse da Maria Thereza e no dia anterior terá uma reunião. A questão dos estagiários está bem encaminhada. Seguiu-se o momento aberto. O Defensor Davi Depiné, Presidente da Apadep, relatou que, quanto ao Congresso, os gastos estão aumentando e o dinheiro não está vindo. Em São Paulo, 50 colegas já se inscreveram. Talvez seja necessário um afastamento para os defensores nos dias que se antecedem. Teve uma reunião com os advogados da Funap e disse que foi bom para acabar com o estado de beligerância, mas algumas reivindicações deles são difíceis de entender. O Defensor Público Antonio Maffezoli expôs sobre o Projeto de Quadro de Apoio elaborado por ele e por Renato De Vitto. Para Antonio, é necessário pensar em níveis hierárquicos para também estruturar o quadro de apoio. O projeto está feito e foi elaborado pela Ivani. Premissas do projeto: poucos cargos, nomenclatura de fácil entendimento, possibilidade de ascensão e poucos cargos em comissão. O ato n.º 3 é impreciso e complexo, a idéia é que a Defensoria tenha três níveis. Todo o nosso processo disciplinar deve ser aplicado aos servidores, o que já se defendia desde a época da elaboração do anteprojeto de lei de Defensoria. Os cargos são três: auxiliar, oficial e agente. As formas de ascensão são promoção e progressão. A progressão incentivará o aprimoramento do servidor. Cargos em comissão que são de assessoria, apenas o cargo de diretor é chefia. Foi marcada uma reunião sobre o quadro de apoio às 17 horas de sexta. A Conselheira Franciane comentou as dificuldades que se tem enfrentado para a realização do Congresso. Solicitou mais recursos ao Presidente Pedro, pois falta o mínimo de infra-estrutura. Também fez visitas junto com a Defensora Pública Geral a Sorocaba, onde está sendo construído um prédio sob medida. Campinas tem um espaço grande dentro do fórum. Informou que foram marcadas duas reuniões com coordenadores do interior dia 14 e 15 de agosto. Seguiu-se a apresentação do trabalho de Gabinete pelos Defensores Renato De Vitto e Renata Tibyriçá, que relataram o impedimento da entrada dos estagiários no prédio da Defensoria. O Defensor Vitore reforçou a importância da participação de todos os colegas no Congresso. Para os afastamentos, se o evento acontece em São Paulo, colegas da Capital não precisam pedir



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

afastamento basta se organizar na banca. No mesmo período terá o Congresso do IBCCrim. Os trios terão que se compor. A maior dificuldade será quinta-feira à tarde. O Elpídio esteve em uma audiência pública sobre Defensoria Pública e sistema penitenciário em Araras, representando a Defensoria Pública. Esteve nessa semana acompanhando dois casos no DHPP, em que há provas razoáveis de que houve abuso. Um dos casos é de um agente penitenciário que foi expulso por dois rapazes do seu imóvel, onde moravam 14 pessoas. O agente disse que nunca teve problema com qualquer preso, mas só pelo fato de ser agente penitenciário teria que morrer. No momento está morando nesse veículo. Além do trabalho jurídico, estão tentando um trabalho social. Relata que foi ótima a reunião com a Funap, da qual participaram 6 ou 7 advogados da Fundação. Eles integrarão um quadro de apoio com função pública e extinção e o trabalho será coordenado integralmente pelos defensores. Os advogados só poderão se manifestar em processo com designação do defensor e serão subordinados à Corregedoria. Uma carreira terá quatro ou cinco níveis, nos quais serão classificados pela regional. A remuneração será por diárias de oito horas, sem necessidade de dedicação exclusiva. Há opção de quem não quiser migrar continuar na Funap, mas nesse caso não poderá prestar assistência jurídica gratuita. O Defensor Noadir cumprimentou os colegas Wagner e Daniela, parabenizou a Silvana. Quanto ao fórum de Campinas, diz ter certeza de que nada será feito a toque de caixa. A preocupação é de a Procuradoria Regional ficar com um terço. Em Campinas foram expulsos quatro estagiários e o Luis Carlos. O Conselheiro Willian manifestou-se sobre a questão dos advogados da Funap sem dedicação exclusiva que continuarão a advogar. Referiu-se a um estudo crítico sobre 53 ouvidorias, das quais 49 não estão na lista telefônica, também não têm relatórios públicos, nem protocolo. Informou que evidentemente, grande parte das críticas poderia caber à Ouvidoria da Defensoria Pública. Em face destes problemas naturais da Ouvidoria da Defensoria Pública, esteve reunido com um representante da Casa Civil, Sr. Éric, para tratar de um sistema de ouvidoria disponibilizado pelo Governo do Estado à todas as Ouvidorias de São Paulo que não possuem um sistema próprio. Sugeriu a inclusão da Ouvidoria da Defensoria neste sistema de software que trará diversos benefícios aos usuários e a Ouvidoria, pois o público poderá acompanhar o andamento de suas reclamações. Esse sistema permitiria que a Ouvidoria produza relatórios de melhor qualidade, visto que filtra informações. Além disso, teve acesso a um modelo de pesquisa desenvolvida pelo Governo Federal sobre o nível de satisfação do usuário. É uma questão importante, e está trabalhando em trazer esta pesquisa para Defensoria. Reiterou a importância da afixação de cartazes com a estrutura adequada. Ainda quanto ao sistema de ouvidorias, será necessário estar cadastrado no programa Cidadão SP, que é um guia de serviços públicos ao usuário. O Defensor Wagner tocou na questão dos estagiários e elogiou o trabalho da Vânia. Repudiou com veemência a forma como a PGE, Mariângela e Elival estão tratando os estagiários. O Defensor Victor Hugo falou sobre o afastamento para trabalhar no Congresso. Defendeu a importância das viagens para contatos com as regionais a fim de ajudar na transição, mas a demora de concurso pode prejudicar tudo. Não sabemos quais são os posicionamentos das instituições, não há uma definição. Janeiro se aproxima e



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conselho Superior

ansiedade está aumentando. Em Ribeirão Preto, comunicou-se que os estagiários não assinassem mais o ponto e que estágio voluntário seria feito com cada Defensor ou Procurador desde que o estagiário assinasse um termo de que estava fazendo estágio voluntário. Disse que os estagiários que quisessem trabalhar na Defensoria poderiam fazer isso. O Defensor Roque cumprimentou os novos Conselheiros que tomaram posse. Referiu-se ao critério para o afastamento do Congresso. Não havendo mais manifestações por parte dos Conselheiros, passou-se à ordem do dia. CSDP n.º 03/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: I Concurso de Ingresso na Carreira de Defensor Público. Relator: Conselheiro Carlos Henrique Acirón Loureiro. Aprovado, por unanimidade, nos termos do voto do Relator, impedimento do Vitore e da Daniela. CSDP n.º 06/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: Regulamenta a concessão de diárias para Defensores Públicos. Relatora: Conselheira Franciane de Fátima Marques. Aprovada, por unanimidade, alteração da regulamentação das diárias. CSDP n.º 12/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assunto: Regimento Interno da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado. Relator: Carlos Henrique Acirón Loureiro. Prorrogada para a próxima sessão. CSDP n. 14/2006. Interessado: Conselho Superior da Defensoria Pública. Assunto: Define critérios para escolha dos coordenadores de núcleos. Impedida a Conselheira Daniela Cembranelli. Aprovada, por unanimidade, a deliberação nos termos do voto do Relator. Não havendo mais processos a serem relatados na Ordem do Dia, a Senhora Presidente deu por encerrada a sessão. Eu, Renata Flores Tibyriçá, Defensora Pública, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo, de 28 julho de 2006.